

19 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA
DENÚNCIA

Atraso na execução de precatórios faz TJ 'lucrar', diz advogado

Responsável por administrar o dinheiro de dívidas de credores dos municípios, Tribunal de Justiça do Paraná tem demorado para autorizar o pagamento. Segundo o presidente da Comissão de Precatórios da OAB-PR, Emerson Fukushima, manobra permite ao Judiciário obter rendimento com recursos depositados em conta bancária. Ele calcula que cerca de R\$ 1,5 bilhão estejam aguardando liberação e promete acionar o CNJ. A Prefeitura de Londrina, que faz depósitos regularmente, teve o último empenho realizado em 2013. Problema gera descontrole no orçamento municipal. TJ atribui atraso ao grande número de processos e à revisão jurídica e contábil.

19 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

TJ atrasa execução de precatórios dos municípios

Advogado destaca que órgão *lucra* com sua ineficiência e promete levar caso ao CNJ

Londrina teve o último empenho realizado pelo TJ em 2013, embora esteja com as transferências em dia

Edson Ferreira
Reportagem Local

Responsável pela administração do dinheiro reservado para os precatórios – dívidas das administrações públicas com o cidadão já reconhecidas –, o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná demora até um ano para autorizar o pagamento aos credores. Além de prejudicar quem espera para receber, o longo prazo gera descontrole no orçamento dos municípios que repassam periodicamente o dinheiro ao TJ, porém, dependem da confirmação de pagamento ao credor para dar a baixa contábil, conforme explicou o secretário de Fazenda de Londrina, Paulo Bento. “Enquanto o TJ não envia a informação ao município, não é possível saber qual credor recebeu e quanto ele recebeu.”

O município de Londrina, por exemplo, que deve cerca de R\$ 83,3 milhões em precatórios, teve o último empenho

realizado em 2013, embora esteja fazendo depósitos regulares na conta especial na Caixa Econômica Federal (CEF), administrada pelo TJ, todos os meses, desde 2010. A parcela atual está em R\$ 631 mil. Segundo informações da Secretaria Municipal de Fazenda, R\$ 19,2 milhões estão pendentes no TJ, aguardando liberação para pagamentos.

Segundo Paulo Bento, “tem que haver agilidade no retorno das informações para que a gente possa excluir quem já recebeu”. O município deve enviar nos próximos dias um ofício ao TJ pedindo explicações sobre o motivo da demora. No relatório de credores da Prefeitura de Londrina, disponível no portal do TJ na internet, existem dívidas que se acumulam há vários anos, como um precatório aberto em 1989.

O presidente da Comissão de Precatórios da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, Emerson Fukushima, explicou que até 2010 eram as prefeituras que faziam o paga-

mento direto ao beneficiário no processo judicial, “e muitos gestores não colocavam isso como prioridade, alegando serem dívidas de outras administrações”. Isso explicaria as dívidas mais antigas. Segundo Fukushima, “com o advento da emenda constitucional 62/2009, foi criado o regime especial onde o TJ fica responsável pela organização dos pagamentos e, desde então, o Tribunal já deveria ter organizado todos esses pagamentos”.

Para o advogado, o motivo da demora do TJ em concluir os processos e pagar os credores está na “remuneração pelo saldo médio”. “O Tribunal lucra com sua ineficiência, pois ganha dinheiro ao não liberar e repassar os recursos aos credores originários”, disse Fukushima. O Judiciário recebe a remuneração dos depósitos dos precatórios por força do contrato com a CEF. A remuneração é repassada para o Fundo da Justiça (Funjus) e para o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus).

CONTINUA

19 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O advogado estima que R\$ 1,5 bilhão esteja depositado nas contas do TJ, aguardando liberação de pagamento para credores que ganharam ações judiciais contra governo estadual e municípios. Fukushima informou que o tema será levado à diretoria da OAB/PR, “para que seja denunciado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”.

Procurado pela FOLHA, o TJ afirmou, via nota da assessoria de imprensa, que a demora na liberação dos pagamentos “se deve ao grande número de precatórios pendentes de pagamento (aproximadamente 5,6 mil), expedidos contra os municípios e o Estado do Paraná” e que “cada um dos precatórios deve ser revisado jurídica e contabilmente antes de ser liberado o respectivo recurso”. O órgão não informou o valor depositado nas contas especiais. Quanto ao “lucro com a demora nos repasses”, conforme apontou Fukushima, o TJ apenas confirmou que recebe a título de remuneração pelo saldo médio o percentual de 0,2% sobre os depósitos judiciais; desses, 25% são revertidos para o Funjus e 75% para o Funrejus. “Os rendimentos sobre o montante repassado pelos entes devedores e que está depositado em conta especial permanecem na mesma conta para pagamentos dos precatórios”, completa a nota.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Levantamento revela problemas em 55 casos

Conforme relatório feito pelo Tribunal de Justiça (TJ), a pedido da reportagem, 149 municípios têm precatórios a pagar no Estado e devem depositar na conta do TJ no mínimo 1% de suas receitas correntes líquidas. Destes, 51 devem fazer repasses mensais à conta judicial e outros 98, repasses anuais. No primeiro grupo, 13 estão em atraso e, no segundo, são 42 com depósitos a menor junto ao TJ, num total de 55 municípios. Outros 12 municípios não tiveram as contas revisadas até o fechamento desta edição, pois, segundo o TJ, não haviam encaminhado as planilhas com a receita corrente líquida. Segundo o TJ, já estão em andamento cinco processos de sequestro do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) por causa dos atrasos.

O presidente da Comissão de Precatórios da OAB/PR, Emerson Fukushima, explicou que, no caso de atraso na liberação dos recursos, "cabe ao TJ adotar medidas imediatas para o sequestro daquilo que é devido". A entidade devedora também fica impedida de contrair empréstimo e de receber transferências voluntárias.

"A verdade é que o TJ não tem dado prioridade aos precatórios, permitindo que municípios não depositem o que são obrigados por lei, e ao mesmo tempo, não liberando celeremente os valores aos credores", afirmou o advogado. (E.F.)

19 NOV 2014

CONTINUA

19 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Cinco cidades terão recursos sequestrados

Cinco cidades paranaenses podem ficar sem repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) por atraso no pagamento dos precatórios. Elas estão na lista do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná que faz o sequestro do FPM até o limite do valor não liberado que deveria ser depositado na conta administrada pela Justiça. Estão enquadrados pelo TJ os municípios de São Jerônimo da Serra (Região Metropolitana de Londrina), Wenceslau Braz e Figueira (Norte Pioneiro), Cruzeiro do Oeste e Francisco Alves (Noroeste). Os valores dos precatórios devidos não foram informados pelo TJ.

O prefeito de Wenceslau Braz, Atahyde Ferreira dos Santos (PSD), desconhece a dívida junto ao TJ. Sem saber dizer o valor exato que segue em aberto, ele informou que a assessoria jurídica do município buscará mais informações "para sabermos porque dois credores já pagos ainda estão relacionados pelo TJ na cobrança". Segundo o procurador jurídico do município, Rafael Carvalho Neves dos Santos, pode ter ocorrido falha na comunicação interna da administração, prejudicando o controle das contas. "Tínhamos conhecimento sobre os dois já pagos,

mas sobre as outras três (dívidas) quem deveria saber na prefeitura não sabia." O FPM repassado a Wenceslau Braz é de R\$ 780 mil por mês. Santos vai tentar nova negociação com o tribunal para perder os recursos.

O prefeito de Figueira, Valter Garcia (PP), reconheceu que o município não tem condições de retirar 1% da receita líquida para as contas dos precatórios há seis meses. "Em 2013 fizemos o acordo para os pagamentos mensais, houve redução no repasse do FPM e as contas apertaram." Ele informou que Figueira deve cerca de R\$ 3 milhões em precatórios. Segundo ele, não houve nenhuma retenção por parte do TJ no FPM, "mas se chegar a acontecer, vai inviabilizar os serviços na cidade".

Em São Jerônimo da Serra, o prefeito afastado Adir dos Santos Leite (PSDB) não atendeu para comentar a dívida de R\$ 479 mil em precatórios vencidos. Leite foi denunciado pelo Ministério Público (MP) do Paraná como suposto líder de organização criminosa para desvio de dinheiro público. O vice-prefeito, João Ricardo de Mello (PPS), disse que a dívida se acumula desde o ano passado. Segundo ele, o repasse do FPM à cidade chega a R\$ 450 mil, livres. (E.F.)

19 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Defensores públicos criticam proposta de Rossoni

Projeto de lei tira autonomia de órgão para definir destino de recursos

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Defensores públicos estiveram ontem na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná para pedir aos deputados que adiem a votação do projeto de lei complementar 16/2014, que altera a Lei Orgânica da Defensoria Pública, limitando, entre outras questões, a autonomia financeira do órgão. A mensagem foi apresentada pelo presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), na semana passada, quando ele assumiu de forma interina o governo do Estado. Pessoas atendidas pela entidade nos municípios de Paranaguá, Pontal do Paraná e Matinhos, no Litoral, também participaram da manifestação.

Entre as alterações sugeridas no texto está a modificação na escolha do defensor público-geral, que passaria a ser nomeado pelo governador, a partir de uma lista tríplice, e não mais pelos próprios membros, mediante voto direto. O texto também

transfere ao Executivo a responsabilidade de nomear os aprovados em concurso e de definir o pagamento de remuneração, promoção e demais vantagens da carreira, respeitados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Segundo o tucano, o objetivo é acabar com "a farrada dos super salários", isto é, aumentos de até 87% concedidos aos integrantes do órgão nos últimos 12 meses. Os vencimentos dos 76 defensores públicos saltaram de R\$ 10,6 mil em dezembro de 2013 para R\$ 19,9 mil em setembro de 2014. "Nós queremos corrigir essa situação. Estamos aguardando agora para colocar na pauta. Não é questão de retirar autonomia. Nem o Tribunal de Justiça, nem a Assembleia e nem o governador, ninguém tem autorização de dar aumento aos seus servidores sem um projeto de lei aprovado por esta Casa. Todos têm que ser tratados igualmente".

A presidente da Associação dos Defensores Públicos

do Paraná (Adepar), Thaísa Oliveira, por outro lado, defendeu a realização de uma audiência pública, com representantes da categoria, antes do envio ao plenário. Ela lembrou que o Paraná foi o penúltimo Estado do País a implementar a sua defensoria e que a lei em vigor foi construída "de forma democrática", com o envolvimento de diversos segmentos.

"Existe uma Emenda Constitucional (80/2014), que fortaleceu a defensoria e deixou clara a sua autonomia, inclusive financeira. E esse projeto vem e retira (a autonomia). A gente não pode gerir o nosso dinheiro, fica refém do governo". Thaísa contou que o grupo, de cerca de 150 pessoas, deve retornar à AL, até visitar os gabinetes dos 54 deputados, e que pretende buscar também um entendimento junto ao governador Beto Richa (PSDB).

19 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Sérgio Moro no STF?

Depois de o primeiro secretário da AL, Plauto Miró (DEM), indicar o juiz federal Sérgio Moro para receber o título de cidadão benemérito do Paraná, ontem foi a vez de o presidente da Casa propor uma homenagem ao magistrado. Em requerimento subscrito por diversos outros parlamentares, e aprovado em seguida pelo plenário, Rossoni requer à Mesa Executiva o envio de um ofício à presidente Dilma Rousseff (PT) sugerindo a nomeação de Moro no Supremo Tribunal Federal (STF).

Provocação

Natural de Maringá, no Norte do Estado, o magistrado é o responsável pelo processo da operação Lava Jato. "Acho que o Paraná está fazendo uma pequena provocação à presidente da República, que veio ontem (anteontem) aos meios de comunicação dizer que quer apurar tudo. Nós sabemos que quem encontrou o escândalo foi a Polícia Federal e é a Justiça que está investigando", alfinetou Rossoni.

MAZZA

Protesto

Oficiais de justiça fizeram manifestação ontem na Capital contra a exposição que sofrem diária e sistematicamente de violência, pleiteando inclusive o porte de arma para o exercício da profissão.

MILITÃO

- O Superior Tribunal de Justiça decidiu que as empresas que procuram proteger o crédito poderão classificar os consumidores por notas. Elas seriam utilizadas para que bancos autorizassem ou não os empréstimos.

19 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

Edinho, filho de Pelé, é preso no litoral de SP

Gilmar Alves Jr.

Folhapress

Santos - O ex-goleiro Edson Cholbi Nascimento, o Edinho, filho de Pelé, foi preso na tarde desta terça-feira no Fórum de Praia Grande, no litoral de São Paulo. Condenado a 33 anos e quatro meses de prisão em maio deste ano por lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de drogas, o ex-goleiro foi informado sobre a ordem de prisão ao cumprir a medida cautelar de se apresentar mensalmente em juízo.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) informou, por meio de assessoria de imprensa, que a juíza Suzana Pereira da Silva, auxiliar da 1ª Vara Criminal de Praia Grande, decretou a prisão de Edinho porque que não foram aceitos os embargos de declaração apresentados pela defesa em relação à sentença,

proferida em 30 de maio.

Como não foi concedido o direito de apelar em liberdade, a Justiça expediu o mandado de prisão. A reportagem deixou recado para a defesa de Edinho, mas não obteve retorno.

Edinho ficou preso preventivamente por uma semana no mês de julho. A ordem de prisão foi decretada pela juíza Suzana Pereira da Silva porque o atleta não apresentou seu passaporte à Justiça, condição imposta para que ele pudesse recorrer em liberdade da sentença.

O advogado Eugênio Malavasi argumentou que Edinho havia perdido seu passaporte e que o extrávio foi comunicado pelo ex-goleiro à Polícia Federal. Com isso, o filho de Pelé foi liberado da cadeia anexa ao 5º DP de Santos em 15 de julho, após o TJ-SP revogar a prisão preventiva.

Em maio, ex-goleiro foi condenado a 33 anos e quatro meses de prisão

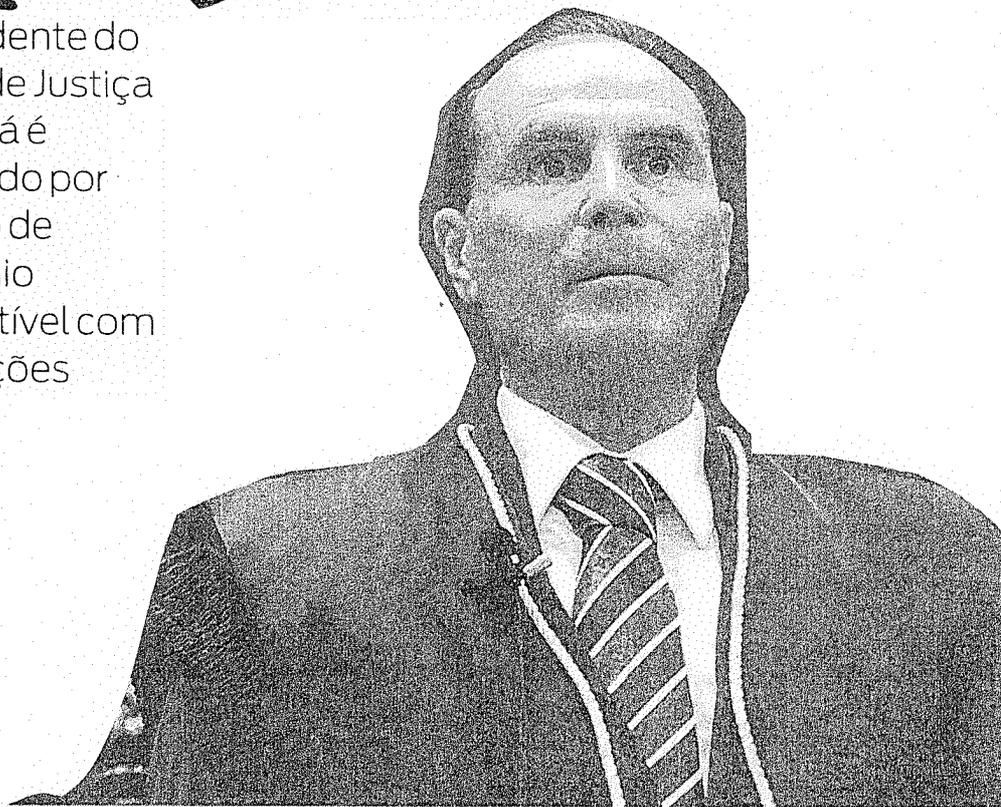
19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

CNJ prorroga processo contra Clayton Camargo por 90 dias

Ex-presidente do
Tribuna de Justiça
do Paraná é
investigado por
evolução de
patrimônio
incompatível com
suas funções



Clayton Camargo está afastado de suas funções, mas ainda recebe salário de R\$ 26,5 mil.

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prorrogou ontem, por mais 90 dias, o processo administrativo disciplinar contra o ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná Clayton Camargo. O desembargador é investigado por evolução patrimonial incompatível com as funções de magistrado. O pedido foi feito relator do caso,

Paulo Teixeira, e também inclui a manutenção do afastamento de Camargo.

O processo foi aberto em outubro de 2013 por decisão unânime (13 a 0) dos conselheiros, a partir de relatório feito pelo então corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão. O voto de Falcão foi amparado por inquéritos que tramitam em sigilo no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo ele, os casos tratam de denúncias de

venda de sentenças, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, corrupção passiva e crimes tributários.

Depois de aprovada a abertura, o processo foi distribuído para Teixeira. O conselheiro tinha um prazo regimental de 140 dias para concluí-lo.

CONTINUA

19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A prorrogação de ontem foi a segunda solicitada por ele. A primeira, apresentada em agosto, propunha uma extensão de mais 140 dias, mas o plenário reduziu o prazo para 90 dias, que expirou na primeira semana de novembro.

Durante a sessão de ontem, o CNJ não abordou o mérito do caso, apenas a solicitação de prorrogação, por meio de uma questão de ordem levantada por Teixeira. Apesar de afastado, Camargo ainda recebe remuneração integral, de R\$ 26.564,35. O desembargador está impedido de utilizar o local de trabalho e o veículo oficial, além de outras prerrogativas da função.

O conselho pode aplicar apenas punições administrativas. No mês passado, a atual corregedora nacional de Justiça, Nancy Andrighi, determinou o arquivamento sumário de outro caso envolvendo o desembargador, um pedido de providências por tráfico de influência na eleição do filho dele, Fábio Camargo, para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná.

Possíveis penas criminais dependem do desenrolar dos inquéritos no STJ, atualmente presidido por Falcão. Ambos os inquéritos citados por Falcão no voto apresentado no ano passado continuam ativos, mas sem previsão de desfecho. O 792/DF tem como relator o ministro Jorge Mussi e o 755/PR, o ministro Og Fernandes.

19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Deputados negam pedido para STJ processar Richa

Parecer aprovado em sessão secreta será votado pelo plenário da Alep. Irregularidade teria sido cometida quando tucano era prefeito de Curitiba

Euclides Lucas Garcia

Em reunião secreta, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou ontem parecer negando pedido do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para julgar o governador Beto Richa (PSDB) por desvio de finalidade no uso de verbas da saúde quando ainda era prefeito de Curitiba. O relator do caso foi o próprio líder do governo na Casa, Ademar Traiano (PSDB). O líder do PT, Tadeu Veneri, chegou a apresentar um voto em separado a favor do pedido do STJ, mas foi derrotado.

O relatório aprovado pela CCJ — ao qual não foi possível ter acesso — será votado hoje, a partir das 10 horas, no plenário da Alep. Mais uma vez, a sessão será a

portas fechadas. A justificativa do presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), é que o processo tramita em segredo de Justiça.

“Gostaria de ter autoridade para que o assunto pudesse ser discutido abertamente, mas temos de tomar todo o cuidado até para não incorrer em quebra de decoro parlamentar”, afirmou o tucano. “Lamento [ter de realizar a sessão secreta], até porque se trata de uma questão insignificante, que não tem nada a ver com desvio de verba. Se o debate fosse aberto, a população entenderia muito mais facilmente.”

O requerimento para que a sessão de hoje seja realizada a portas fechadas foi aprovado com voto contrário da bancada do PT. Aos petistas, porém, Rossoni garantiu que apenas a discussão será secreta. Os votos dos deputados serão divulgados no Portal da Transparência da Casa, prometeu.

Entenda o caso

Beto Richa é alvo da Ação Penal 687, que tramita no STJ. Em junho de 2009, o Ministério Público Federal (MPF) ofereceu ao Tribunal Regional Federal da 4.ª Re-

gião uma denúncia contra ele por suposta irregularidade praticada entre 2006 e 2008, quando era prefeito de Curitiba. Richa teria empregado R\$ 100 mil de recursos públicos do Fundo Nacional de Saúde em desacordo com os planos a que o dinheiro se destinava.

De acordo com a Constituição do Paraná, é necessária a licença prévia da Assembleia para processar e julgar o governador. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pede no STJ que esses dispositivos sejam declarados inconstitucionais.

Em novembro de 2011, o STJ expediu ofício para o Legislativo paranaense solicitando a autorização para julgar Richa. Desde então, o pedido seguia engavetado por Rossoni. No final de setembro, a oposição solicitou a ele que a autorização fosse analisada, o que finalmente ocorreu nesta semana.

ROSELI ISIDORO

Violência contra a mulher, um problema de saúde pública

GAZETA DO POVO

19 NOV 2014

Curitiba abre nesta quinta-feira, 20 de novembro, a programação da campanha dos 16 Dias de Ativismo, pelo fim da violência contra as mulheres. Uma série de eventos foi programada para informar a população e estimular a participação de todos no debate sobre essa questão que ganha cada vez mais espaço na agenda social.

A violência contra a mulher é reconhecida pela Organização das Nações Unidas como um problema de saúde pública. No Brasil, segundo a Organização Mundial de Saúde, uma em cada cinco mulheres já sofreu alguma violência física, sexual ou outro abuso praticado por um homem. Um em cada cinco dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida por mulheres dentro de suas casas. A cada cinco anos, a mulher que sofre violência doméstica perde um ano de vida saudável. O estupro e a violência doméstica são causas importantes de incapacidade e morte de mulheres em idade produtiva.

Nos próximos 16 dias, teremos em Curitiba atos públicos, caminhadas, seminários, palestras, oficinas, atividades culturais, entre outras iniciativas dos movimentos ligados à questão. O objetivo é que a população conheça melhor a Lei Maria da Penha e suas implicações, e também os serviços especializados da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Por meio da Secretaria Municipal da Mulher, em parceria com diversas instituições, estamos intensificando os programas de enfrentamento desse tipo de violência. São muitos os avanços desde a criação da pasta, em janeiro do ano passado.

Em março deste ano, a prefeitura criou a Patrulha Maria da Penha, comandada pela Secretaria da Mulher e Guarda Municipal, em parceria com o Poder Judiciário. Desde a sua implantação, o serviço atendeu 2.093 mulheres, que recebem visitas de agentes da

patrulha, num trabalho que já resultou em dez casos de flagrante de agressor encaminhados à Delegacia da Mulher.

Em breve teremos em Curitiba a Casa da Mulher Brasileira, projeto do governo federal com previsão de inauguração para o primeiro semestre de 2015. A casa será um espaço de acolhimento e atendimento às mulheres vítimas de violência, com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços especializados, concentrados num só lugar, e permitir que saiam do ciclo da violência.

Também firmamos neste ano um convênio com o Núcleo de Prática Jurídica da UFPR para atender e acompanhar os processos de mulheres que decidem submeter seus agressores à Justiça. Temos feito ainda um exaustivo trabalho de divulgação dos serviços à disposição de mulheres vítimas de violência — da Delegacia da Mulher a hospitais, passando pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e pelo telefone 180, que é a central de atendimento às mulheres vítimas de violência.

Quando o poder público passa a incorporar em um programa de governo questões como essa, busca, ao mesmo tempo, o apoio da sociedade. Por isso trabalhamos em parceria com a sociedade organizada, movimentos sociais e de mulheres, instituições de ensino, Judiciário e outras instâncias do poder público. Com esses apoios, trabalhamos para cumprir o que é parte constitutiva de um Estado participativo e democrático: a elaboração de políticas que reconheçam as desigualdades econômicas e políticas, inclusive sob a ótica de gênero.

Roseli Isidoro é secretária municipal da Mulher em Curitiba.

19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Justiça mantém presos 13; outros 11 suspeitos são liberados

PRISÃO PREVENTIVA

Ô juiz Sérgio Moro transformou a prisão temporária de seis investigados, válida por cinco dias, em prisão preventiva. Outros seis suspeitos com prisão preventiva decretada desde a última sexta-feira permanecem detidos.

CURITIBA
Katna Baran

O juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, decidiu ontem à noite manter seis investigados na prisão. Ele transformou a prisão temporária, válida por cinco dias (até esta terça-feira), em prisão preventiva. Com isso, onze presos na última sexta-feira começaram a ser liberado por volta das 22h30 de ontem. Eles seriam libertados após a 0h, quando terminou o prazo de prisão temporária. Outros seis suspeitos com prisão preventiva decretada permanecem detidos. Com isso, 13 pessoas permanecerão presas a partir dessa quarta.

De acordo com o despacho do juiz, devem ser mantidos presos os executivos Dalton dos Santos Avancini e João Ricardo Auler, da Camargo Correa; Mateus Coutinho de Sá Oliveira e José Aldemário Pinheiro Filho, da OAS; Ricardo Ribeiro Pessoa, da UTC; e Renato Duque, ex-diretor de serviços da Petrobras.

Os 11 investigados que devem ser postos em liberdade ficam proibidos de deixar o país, mudar de endereço e são obrigados a entregar o passaporte no prazo de cinco dias e a comparecer a todos os atos do processo.

Sérgio Moro, ao justificar a prisão de Renato Duque por 30 dias, citou que ele é apontado em vários depoimentos como beneficiário do esquema de propina que existiria em obras da Petrobras. Duque teria sido indicado pelo PT para o cargo. "Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef declararam que o mesmo esquema criminoso que desviou e lavou 2% ou 3% de todo contrato da área da Diretoria de Abastecimento da Petrobras também existia em outras Diretorias, especialmente na Diretoria de Serviços, ocupada por Renato de Souza Duque, e na Diretoria Internacional, ocupada por Nestor Cerveró. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, da Toyo Sental, e Júlio Gerin de Almeida Camargo, confirmaram esses fatos e detalhes a respeito do pagamento de valores por contratos da Petrobras a Renato de Souza Duque. "Nos relatos minuciosos do desvio de dinheiro e pagamento de propinas (...) há, por outro lado, referência a pagamentos em espécie a ele efetuados, mas também a pagamentos efetuados por depósitos em contas no exterior, tanto indicadas por Pedro Barusco, como por Renato Duque", escreveu o juiz na decisão. Segundo Moro, Duque teria recebido dinheiro na conta da offshore Drenos, mantida no Banco Cramer na Suíça.

Pedido à Justiça

Mais cedo, o advogado de Renato Duque, Alexandre Lopes de Oliveira, entrou com um pedido pedindo para que a prorrogação da prisão temporária do ex-diretor da Petrobras não fosse aceita pela Justiça, o que não foi aceito por Moro. "Avizinhando-se o término do prazo, já tendo sido realizada a diligência de busca, colhidos inúmeros documentos, bem assim tomado o depoimento (...) em que respondeu às indagações formuladas", diz um trecho do documento.

19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Advogado de Youssef diz que procurador politiza operação

SÃO PAULO

Folhapress

O advogado do doleiro Alberto Youssef, Antonio Augusto Figueiredo Basto, disse que o procurador geral da República, Rodrigo Janot, está “politizando” a operação Lava Jato ao acusá-lo de ter feitos vazamentos de delações antes das eleições e de “operar” para o PSDB.

As declarações de Janot foram feitas em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, publicada na segunda-feira.

“Janot está politizando uma colaboração séria e repleta de provas. Jamais fiz qualquer vazamento e nunca fui ligado a partido político. Seria ingênuo imaginar que eu tentei influenciar o processo eleitoral”, rebateu Figueiredo Basto.

O advogado diz lamentar que Janot tenha feito as acusações “sem conhecer o caso” e sem apresentar provas do vazamento.

“Pelo cargo que ocupa, ele deveria ter mais prudência nas manifestações. Desafio ele a provar as acusações que fez. Nunca operei para ninguém. Aliás, gostaria de saber o que ele quer dizer com operar”.

Considerado uma peça-chave no esquema que ficou conhecido como “petrolão”, o doleiro londrinense Alberto Youssef foi preso em março deste ano pela Polícia Federal. Ele acertou fazer uma delação premiada. Preso na Superintendência da PF em Curitiba, Youssef passou mal em outubro e teve de ser internado.

19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Consultoria fantasma ganhou R\$ 63 milhões de construtoras

Kelli Kadanus, Talita Boros Voitch e Euclides Lucas Garcia

Sete empreiteiras investigadas pela Polícia Federal (PF) na Operação Lava Jato repassaram R\$ 63 milhões a empresas de fachada controladas pelo doleiro Alberto Youssef e pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, entre 2005 e 2014. No inquérito da PF juntado ao processo, aparecem notas fiscais referentes aos supostos contratos firmados entre as construtoras com a MO Consultoria, Empreiteira Rigidez, GFD Investimentos, RCI e Costa Global Consultoria — empresas de fachada de Costa e Youssef.

Juntas, as empreiteiras firmaram contratos com a Petrobras de R\$ 59,6 bilhões entre 2005 e 2014, de acordo com a PF. O valor inclui contratos individuais e de consórcios.

No inquérito, a PF mostra notas fiscais, contratos e pagamentos realizados às empresas de Costa e Youssef em troca de prestação de serviços, consultorias, etc. A suspeita dos investigadores é de que esses serviços nunca foram prestados e as em-



Costa: valor recebido por suas empresas consta do inquérito.

presas de fachada eram usadas para mascarar valores de propina do suposto cartel montado para fraudar licitações da Petrobras.

Mais repasses

A empresa que mais repassou dinheiro para empresas fantasmas foi a Camargo Corrêa. Segundo o inquérito, foram R\$ 32,4 milhões para a GFD, MO, Rigidez e Costa Global.

As demais empresas que fizeram repasses a contas controladas por Costa e Youssef são: OAS (R\$ 8,6 milhões), Mendes Júnior (R\$ 10

milhões), Galvão Engenharia (4,5 milhões), Engevix (R\$ 3,6 milhões), Iesa (R\$ 2,4 milhões) e Queiroz Galvão (R\$ 1,3 milhão).

A UTC, de acordo com a PF, realizava negócios com a GFD Investimentos, de Alberto Youssef. Entre os negócios discriminados no inquérito estão a compra de terrenos em Lauro de Freitas (BA), no valor de R\$ 5,3 milhões, e a compra da marca Web Hotel, por R\$ 40 mil. A empresa também teria realizado uma transferência no valor de R\$ 17,9 mil à GFD sem declarar o motivo.

QUANTO VEIO E QUANTO FOI

Conheça os contratos das empreiteiras com a Petrobras e saiba quanto elas repassaram de propina:

Contrato em R\$ bilhões	Empresa	Repasso em R\$ milhões	Empresa de fachada	Responsável	
				Youssef	Costa
6,2	Camargo Correia	32,4	Empreiteira Rigidez GFD Investimentos	MO Consultoria	Costa Global
3,1	Mendes Junior	10,1	Empreiteira Rigidez GFD Investimentos		
10,1	OAS	8,6	Empreiteira Rigidez RCI	MO Consultoria	
7,6	Galvão Engenharia	4,6		MO Consultoria	
4,4	Engevix	3,7	Empreiteira Rigidez GFD Investimentos		Costa Global
4,6	Iesa	2,4	Empreiteira Rigidez	MO Consultoria	Costa Global
9,0	Queiroz Galvão	1,3	Empreiteira Rigidez	MO Consultoria	

CONTINUA

19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

EMPRESAS DE FACHADA

Segundo o inquérito da PF, o esquema consistiria no repasse de dinheiro das empreiteiras para empresas de fachada de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef para a prestação de serviços fictícios. Na verdade, seriam apenas para o pagamento de propina.

Empreiteiras dão sua versão sobre denúncia

Em nota, a Mendes Júnior afirmou que não se pronuncia sobre inquéritos e processos em andamento. A UTC também informou que não se manifestará.

A OAS informou que “tem prestado todos os esclarecimentos solicitados e fornecido todas as informações e documentos requeridos pela Justiça. A empresa está à inteira disposição das autoridades e vai continuar colaborando no que for necessário para as investigações”.

A Queiroz Galvão, em nota, reiterou que “todas as su-

as atividades e contratos seguem rigorosamente a legislação em vigor e está à disposição das autoridades para prestar quaisquer esclarecimentos necessários”.

Repúdio

A Camargo Corrêa respondeu sobre um repasse de R\$ 3,1 milhões para a Costa Global, empresa de Paulo Roberto Costa, afirmando que “repudia as acusações sem comprovação contidas nos depoimentos, e reitera que a contratação da Costa Global [empresa de Paulo

Roberto Costa] e a prestação dos respectivos serviços se deram após a saída do ex-executivo da empresa”. A assessoria informou que não poderia responder pelo restante dos repasses (R\$ 29 milhões) porque foram feitos pelo consórcio do qual a Camargo Corrêa faz parte. Nesse caso, outra assessoria foi contatada, mas não respondeu até o fechamento da reportagem.

Esclarecimentos

A Engevix afirmou apenas que “prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados” à Justiça. Na Iesa, ninguém foi localizado para comentar o caso. A Galvão Engenharia não respondeu aos pedidos de esclarecimento.

CONTINUA

19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DEPOIMENTOS

Na delação premiada, doleiro e ex-diretor da Petrobras denunciaram o cartel

Em depoimento à Justiça Federal do Paraná, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa afirmou que havia um esquema de cartel dentro da estatal. "Na realidade o que acontecia dentro da Petrobras, principalmente mais a partir de 2006 pra frente, é um processo de cartelização", disse o ex-diretor. O doleiro Alberto Youssef confirmou o esquema em interrogatório na Justiça Federal. "Era entregue uma lista das empresas que iam participar do certame e nessa lista já era dito quem ia ser, quem ia ser a vencedora. Essa lista era repassada pro Paulo Roberto Costa", afirmou. De acordo com Costa, as empresas pagavam propina de 3% sobre o valor do contrato para agentes políticos para obterem as obras da estatal. "Por hipótese, o BDI era 15%? Então se colocava, normalmente, em média, 3% a mais. E esses 3% eram alocados a agentes políticos", declarou o ex-diretor.

Empresa paranaense repassou R\$ 2,4 milhões

A Iesa Óleo e Gás repassou um total de R\$ 2,4 milhões a empresas de fachada controladas pelo doleiro Alberto Youssef e pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, entre 2010 e 2013. No inquérito da PF juntado ao processo, aparecem notas fiscais referentes aos supostos contratos firmados com a MO Consultoria, Empreiteira Rigidez e Costa Global Consultoria — empresas de fachada controladas por Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef.

A Iesa, que atualmente tem sede no Rio de Janeiro, mas integra um grupo empresarial criado no Paraná e que ainda mantém unidades em Curitiba, tem contratos que chegam ao valor de R\$ 4,5 bilhões com a Petrobras. Disso, R\$ 381,2 mil são referentes a contratos firmados individualmente entre a estatal e a Iesa, enquanto outros R\$ 4 bilhões são contratos firmados entre a Petro-

bras e o Consórcio CII — Consórcio Ipojuca, formado pelas empresas Iesa e Queiroz Galvão.

No inquérito da PF, são apontadas notas fiscais referentes a serviços de consultoria prestados à Iesa. A MO Consultoria e a Empreiteira Rigidez, controladas por Youssef, receberam juntas R\$ 1,2 milhão entre dezembro de 2010 e novembro de 2011.

Já a empresa Costa Global Consultoria, do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, firmou contrato de R\$ 1,2 milhão com a Iesa em abril de 2013. O valor foi pago em parcelas de R\$ 100 mil. Quem assina o contrato pela Iesa são o diretor presidente, Valdir Lima Carreiro, e o diretor de operações, Otto Garrido Sparenberg, que tiveram a prisão temporária decretada na sexta-feira.

Leia mais sobre a Lava Jato nas páginas 14, 15 e 16.

R\$ 4,5 BILHÕES

é o valor dos contratos que a Iesa mantém com a Petrobras de forma individual ou por meio de consórcio.

19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

» CRIME

Cope pedirá nova prisão de PMs suspeitos de explodir caixas

Diego Antonelli

O Comando de Operações Especiais (Cope) da Polícia Civil irá fazer um novo pedido para que seja decretada a prisão preventiva dos seis policiais militares acusados de explosões e furtos a caixa eletrônicos ainda nesta semana. Segundo o delegado-titular do Cope, Luiz Alberto Cartaxo Moura, o inquérito será concluído até sexta-feira. Ao todo, a quadrilha é composta por 22 pessoas — sendo que 11 permanecem presas, entre eles um policial militar.

“Eles representam risco de ordem pública e soltos podem atrapalhar a instrução, além do risco de novos crimes”, afirma Cartaxo. Os policiais e demais acusados foram presos no último dia 7. No entanto, no dia 12 seis dos sete PMs foram soltos pela Justiça. “Não concordamos com isso e temos elementos para solicitar a prisão preventiva desses policiais”, ressalta Cartaxo.

Os PMs envolvidos teriam participação direta nas explosões das caixas, de acordo com o que apontam as investigações. Os policiais comunicavam, conforme a Polícia Civil, falsas ocorrências ao comando da PM para retirar o policiamento das regiões onde eles executariam as explosões.

Durante as investigações, foram identificadas mais duas pessoas que fazem parte dessa mesma quadrilha, totalizando 24 integrantes. “Também serão solicitadas prisões preventivas dos demais que estão soltos”, diz Cartaxo.

Desde a sexta-feira, quando foi registrado o quinto caso do mês de ataques a caixas eletrônicos na Grande Curitiba, e após as prisões, a capital e demais cidades ficaram seis dias sem registros de ataques aos terminais de auto atendimento. Somente na madrugada de quinta-feira, um dia após a soltura dos policiais, houve explosão de dois caixas em um supermercado.

Segundo estimativa do Cope, foram registrados cerca de 300 ataques a caixas eletrônicos neste ano no Paraná. “Desde abril nós já prendemos 37 pessoas, de diferentes quadrilhas, envolvidas neste tipo de crime”, ressalta Cartaxo.

Nova prisão

O Cope também prendeu na noite do último sábado Wesley Alves da Silva, de 30 anos, conhecido como “Esqueleto”. Ele estava foragido havia três meses e responde pelos crimes de roubo e latrocínio (roubo seguido de morte), totalizando 36 anos de pena.

Esqueleto já havia cumprido seis anos em regime fechado e no dia que a Justiça concedeu a progressão da pena para o regime semiaberto, ele fugiu. A Polícia Civil informa que Esqueleto é integrante de uma facção criminosa que age em todo o estado.

Segundo o Cope, ele entrou na Colônia Penal Agrícola para cumprir o restante da pena perto das 15 horas do dia 3 de agosto e por volta das 20 horas do mesmo dia conseguiu fugir.

19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Defensores protestam contra mudança na lei

Joana Neitsch

Defensores Públicos fizeram ontem um ato na Assembleia Legislativa do Paraná para questionar o projeto de lei complementar que altera a Lei Orgânica da Defensoria Pública do estado. O projeto foi apresentado pelo deputado Valdir Rossoni (PSDB), enquanto estava como governador em exercício, na semana passada.

A presidente da Associação dos Defensores Públicos do Paraná (Adepar), Thaísa Oliveira, argumenta que a lei que está em vigor atualmente foi “construída democraticamente”, com participação de movimentos sociais, da Associação Nacional dos Defensores Públicos e sugestões de defensores de outros estados.

O movimento de pede que seja feito um debate antes de serem feitas mudanças na lei. “Estamos pedindo uma audiência pública, para ouvir a população”, diz Thaísa. Segundo ela, haveria um vício de iniciativa na proposta de Rossoni, pois a Emenda 80, que entrou em vigor esse ano, diz que as mudanças na Lei da Defensoria devem ser encaminhadas pelo defensor geral do estado.

A reportagem tentou contato com Rossoni, mas não teve retorno até o fim da tarde.

Pessoas que são atendidas pela Defensoria também participam da manifestação, elas vieram de Matinhos, Pontal do Paraná e São José dos Pinhais. Segundo a presidente da Adepar, o grupo lota um dos balcões da Alep, o que equivale a cerca de 150 pessoas.

INDENIZAÇÃO

Thaísa Oliveira, da Adepar, também critica a exclusão do pagamento de indenização por acúmulo de trabalho. Segundo ela, os defensores estão trabalhando em dobro. Levantamento do Ipea mostra que o estado deveria ter 844 defensores e tem 74. Ela diz que mesmo que mesmo que as 129 vagas do novo concurso sejam ocupadas, não será suficiente.

19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Empresas de ônibus vão à Justiça por repasses da Urbs

O sindicato das empresas que operam o transporte coletivo em Curitiba, o Setransp, comunicou ontem que suas associadas entrarão na Justiça para reivindicar o pagamento de repasses atrasados da prefeitura de Curitiba referentes à operação do sistema, que precisam ocorrer a cada dois dias. A dívida ontem, segundo o Setransp, estava em R\$ 9,6 milhões. O sindicato disse que se a prefeitura não fizer os repasses nos próximos dias, poderá haver paralisação do sistema. A prefeitura de Curitiba, em resposta ao blog Caixa Zero, da Gazeta do Povo, admitiu que vem atrasando os repasses, mas que paga à medida que pode, já que o governo estadual atrasa o subsídio. Também alegou ao blog que o valor que não é repassado fica abaixo do lucro previsto para as empresas. O sindicato nega essa informação e diz que as empresas estão operando no prejuízo.

NOTAS POLÍTICAS

Rei da cocada preto

Um dia depois de o deputado Plauto Miró (DEM) propor que a Assembleia Legislativa do Paraná conceda o título de cidadão benemérito ao juiz federal Sérgio Moro, o presidente da Casa, Valdir Rossoni (PSDB), apresentou requerimento – que foi aprovado em plenário – solicitando à presidente Dilma Rousseff a indicação de Moro para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) com a saída de Joaquim Barbosa. “Todos sabem que ele nunca viria aqui na Assembleia. E, se viesse, perigava levar dois ou três deputados presos”, ironizou um parlamentar.

Ponto facultativo

O presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Paulo Salamuni (PV), decretou ponto facultativo para os funcionários do Legislativo amanhã. É uma comemoração ao Dia da Consciência Negra e serve como um “desagravo” para a comunidade negra da cidade. É que os vereadores já no ano passado aprovaram uma lei que criaria um feriado para o 20 de novembro, mas a Associação Comercial do Paraná (ACP) entrou na Justiça contra o feriado e conseguiu derrubá-lo.

COLUNA DO LEITOR

Juiz

Sobre o editorial “Juizes, deuses e a perda da noção do óbvio” (*Gazeta*, 16/11), se considerarmos a suntuosidade dos palácios de Justiça Brasil afora, infelizmente acredito que a agente de trânsito não terá sucesso em ver a Justiça servindo à cidadania, pois, como diz o editorial, o “crescente relaxamento ético que está, lentamente, causando um enorme dano moral ao país” se inicia na pena máxima em que um juiz sofre aposentadoria compulsória e remunerada. Só isso já os coloca como deuses, acima de tudo neste plano materialista.

Irineu Q. Santos

19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Notários e registradores garantem segurança jurídica

Os cartórios exercem um papel fundamental em momentos importantes para todos os brasileiros, como o nascimento de um filho, a união de um casal, a compra de um imóvel e a abertura de uma empresa. Estimativas apontam que uma pessoa física recorra no mínimo 10 vezes aos serviços notariais e de registro durante sua vida.

“Sem a atividade, haveria menos segurança jurídica na formalização dos atos, já que as principais funções dos escritórios extrajudiciais são dar publicidade e autenticidade aos atos jurídicos”, salienta Robert Jonczyk, presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR).

Procedimentos como reconhecimento de firma e autenticação de documentos, por exemplo, não são determinados pelos cartórios, mas se configuram como uma exigência do mercado e da sociedade para garantir autenticidade aos seus atos. Desta forma, os cartórios funcionam como uma espécie de seguro.

Além disso, os Estados são independentes para elaborar suas respectivas tabelas e é o Poder Judiciário de cada um que regulamenta os serviços notariais e registrais. Assim, os custos dos serviços são instituídos pelos Tribunais de Justiça estaduais, aprovados pela Assembleia Legislativa e sancionadas pelo respectivo governador.

Origem

A atividade notarial e de registro

acompanhou a história do Direito e da própria humanidade. Em civilizações ainda iletradas, surgiu a necessidade de se redigir os acordos firmados entre as partes por uma instância dotada de credibilidade. “Fontes históricas também indicam que a função já existia nos tempos do Antigo Egito e da Antiguidade Clássica. Nesses períodos, o escriba era quem dominava a arte da escrita”, afirma Jonczyk.

Atualidade

Os notários e registradores são aprovados por meio de concurso público de provas e títulos, a fim de prestar serviços à população com a supervisão do Poder Judiciário de cada Estado. Dotados de fé pública – termo jurídico que designa profissionais com credibilidade para definir, no exercício de suas funções, a veracidade dos documentos –, tabeliães e registradores são habilitados para formalizar juridicamente a vontade das partes, assim como oficializar as principais necessidades da sociedade.

De acordo com o presidente da Anoreg-PR, o sistema notarial e de registro brasileiro é considerado exemplo mundial, sendo reconhecido internacionalmente como referência em qualidade, transparência e segurança jurídica. “O modelo nacional é utilizado, inclusive, por países do Leste Europeu, da Ásia e da América para reestruturação dos seus serviços”, observa Jonczyk.

19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Número de refugiados no Brasil aumenta quase 70% em quatro anos

¶ Nos últimos quatro anos, o número de refugiados no Brasil passou de 4.357, em 2010, para 7.289 até outubro deste ano, um aumento de quase 70%, segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), divulgados ontem. No mesmo período, o percentual de pedidos de refúgio aceitos pelo governo brasileiro saltou 1.240%, passando de 150 pedidos deferidos, em 2010, para 2.032 até outubro de 2014. As informações são da Agência Brasil.

“O Brasil passa a ser um destino de proteção dos refugiados e as causas que explicam a elevação das solicitações se devem a melhoria da visibilidade internacional do nosso país. Os povos estão enxergando condições de proteção dos refugiados no Brasil, um povo que os acolhe bem. Um refugiado está em busca de proteção de vida e não busca um país onde não terá garantia”, disse o secretário Nacional de Justiça e presidente do Conare, Paulo Abrão.

Apenas nos últimos dois anos, a população de refugiados no Brasil cresceu cerca de quatro vezes. De acordo com o Conare, de 2010 a 2012 o crescimento apresentava alta estável, em torno de 4 mil. Já em 2013 e 2014 o número saltou para 5.256 (2013) e 7.289 (outubro deste ano). As mulheres representam 25% desse total.

Os refugiados pertencem a 81 nacionalidades, sendo que os principais grupos são da Síria, Colômbia, de Angola e da República Democrática do Congo. Libaneses, liberianos,

palestinos iraquianos e bolivianos também têm destaque nessa população. Segundo o Conare, o perfil dos refugiados no Brasil vem mudando desde 2012, quando o país adotou uma cláusula de cessação de refúgio aplicável aos angolanos e liberianos. Esses estrangeiros passaram a receber residência permanente no país.

O total de pedidos de refúgio aumentou mais de 930% entre 2010 e 2013. Até outubro deste ano, já foram contabilizados 8.302 solicitações, sendo 2.164 de senegaleses, 1.150 de nigerianos e 1.090 de ganeses. “Não vivemos no Brasil nenhuma crise de volume de entrada”, ressaltou Abrão. Segundo ele, nos países desenvolvidos o percentual de imigrantes varia entre 15 a 20% da população, na Argentina esse percentual é 5%, enquanto no Brasil não alcança 1% da população.

Para o secretário, o Brasil precisa atualizar sua legislação para facilitar o ingresso de estrangeiros e garantir os direitos dessas pessoas. Ele lembrou que durante a ditadura militar, o Brasil recorreu a outros países para acolher cidadãos brasileiros e agora é a vez do país fazer o mesmo. “O Brasil não está alheio aos conflitos que vêm ocorrendo em outros países”.

De acordo com a Agência das Nações Unidas para Refugiados, o crescimento expressivo do número de sírios no Brasil pode ser explicada pela postura solidária do país em

relação ao conflito e a facilidade do ingresso de sírios em território brasileiro, com visto de turista e prazo de 90 dias para solicitar o refúgio.

Podem pedir refúgio a pessoa que estiver fora do seu país devido a temores de perseguição por raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. Também são considerados refugiados aqueles que precisaram deixar o país de origem devido a conflitos armados, violência generalizada, e violação massiva de direitos humanos.

19 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Calado, Eike Batista ouve acusações

RIO DE JANEIRO
Folhapress

Na primeira audiência como réu sob acusação de crimes financeiros, o empresário Eike Batista optou pelo silêncio. Com uma equipe de quatro advogados e outros assistentes jurídicos, ele ouviu calado as acusações e discussões entre defesa e a procuradoria, ontem. Passou boa parte do tempo trocando mensagens pelo celular e tomando café.

Acusado de manipulação de mercado e uso de informações privilegiadas, Eike pode ser condenado a penas de até 13 anos pelos crimes. O empresário chegou ao auditório da Justiça Federal do Rio 30 minutos antes do início da audiência, acompanhado de sua equipe de advogados: Sérgio Bermudes, Ary Bergher, Darwin Lourenço e Raphael de Mattos.

Antes da chegada do juiz federal Flávio Roberto de Souza, Eike passou algum tempo ao telefone trocando mensagens de amor com uma mulher nomeada em seu celular como "Flávia linda e encrenqueira". As mensagens eram repletas de corações e da expressão "meu amor". O empresário foi casado com Flávia Sampaio, com quem tem um filho de um ano e cinco meses. Ele não confirmou se ela era o destino das declarações.

Três testemunhas de acusação foram ouvidas: o superintendente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Fernando Soares Vieira; o economista José Aurélio Valporto, da Associação Nacional de Proteção aos Acionistas Minoritários; e o ex-gerente da OGX Mauro Coutinho Fernandes. O juiz dispensou outros depoimentos e marcou novas audiências para os dias 10 e 17 de dezembro. Eike só falará após todas as testemunhas, em data a ser marcada. Uma sentença definitiva só deve sair em janeiro.

A defesa do empresário alegou não haver provas que o incriminem. Eike não quis falar com a imprensa.

BEMPARANÁ 19 NOV 2014

Tesoura entre poderes

Nos últimos dias, circularam rumores nos bastidores da Assembleia Legislativa de que o governo pretendia enviar uma proposta para reduzir o percentual de repasse de receita para os demais poderes - Legislativo, Judiciário, além de Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado (TCE) - no Orçamento de 2015. Atualmente, a Assembleia tem direito a 5% da receita líquida do Estado, sendo que deste percentual 1,9% vai para o TCE. Ao Judiciário cabe 9,5%, e ao Ministério Público 4,10%. A medida seria uma forma extrema de reforçar o caixa do Executivo, duramente afetado pela queda de receitas motivada pelo baixo crescimento do País e pela redução da atividade econômica. A informação teria, inclusive, levado dirigentes do Tribunal de Justiça a procurar a cúpula do Legislativo para conversar sobre o assunto. Como os poderes são independentes e têm autonomia financeira, mudar esses percentuais implicaria em um acordo com os dirigentes dos mesmos, o que não seria algo fácil politicamente.

Truco

Coincidência ou não, a comissão de Orçamento da Assembleia aprovou ontem o relatório final da proposta para o ano que vem, sem que tivesse recebido qualquer emenda de última hora do Executivo. Os deputados apresentaram 1.293 emendas, sendo 991 emendas à despesa (nenhuma foi rejeitada), 161 emendas ao conteúdo programático (também sem rejeições), 109 coletivas (sendo que 10 eram repetidas) e 32 ao texto da lei, das quais 27 foram acatadas, segundo informou o relator, deputado Élio Rusch (DEM). Com isso, não será mais possível apresentar novas emendas em plenário. Agora, para fazer mudanças na proposta, o governo teria que pedir a sua retirada de pauta – o que seria uma atitude no mínimo inusitada, já que ela deve ser votada até 17 de dezembro – e isso implicaria em um novo relatório por parte da comissão, zerando o processo.

Supremo

O presidente da Assembleia apresentou ontem requerimento sugerindo à presidente Dilma Rousseff a indicação do juiz federal Sérgio Fernando Moro à vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), aberta em decorrência da aposentadoria do ministro Joaquim Barbosa. Moro já atuou como juiz auxiliar do STF em 2012 e é titular da Vara Federal especializada em lavagem de dinheiro e crime organizado de Curitiba. Atualmente, ele é responsável pela investigação da operação Lava Jato, que apura desvio de recursos da Petrobras para pagamento de propina a partidos e políticos. O juiz faz parte de uma lista triplíce elaborada pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e encaminhada à presidente Dilma para definição do nome que irá ocupar a vaga.

19 NOV 2014

BEMPARANÁ

A Conduta e o direito penal

O Brasil antes, e depois da Petrobrás

*Jônatas Pirkiel

Não há como não falar do "caso Petrobrás", onde um mecanismo montado por diretores da empresa para extorquir de empresas nacionais e estrangeiras vultosas quantias em troca dos contratos de obras, bens e serviços, pode superar, em muito, os 10 bilhões. Com a prisão de vários executivos destas empresas, em procedimento centralizado na cidade de Curitiba, sob a responsabilidade do Ministério Público Federal e atuação da Polícia Federal, sob a condução do Juiz Federal Sérgio Moro, a operação "lava jato" promete dar ao Brasil uma nova face, fazendo surgir um outro país.

Além dos presos que já fizeram o acordo de "delação premiada", há outros envolvidos que, da mesma forma, fizeram o acordo, que inclusive resultou na prisão de vários executivos. Os quais, por consequência, devem também fazer seus acordos de delação "premiada", trazendo para a

cena do crime outros personagens. E, assim sucessivamente, até que todos os envolvidos sejam identificados, os prejuízos sejam apurados e, ao final, cada um, na medida de suas responsabilidades, possa pagar pelos crimes cometidos.

É lógico que tudo isto somente será possível caso haja uma atuação firme do Superior Tribunal de Justiça no sentido de respaldar as decisões do juiz Sérgio Moro que, de certa forma, lava também a imagem da própria Justiça, tão desgastada nos últimos tempos. O tamanho do assalto praticado contra a Petrobrás é muito maior do que o já anunciado, até porque a empresa terá que responder perante os acionistas, uma vez que os valores subtraídos pela corrupção de seus dirigentes e o superfaturamento dos contratos foram contabilizados durante estes anos, aparentemente de forma técnica e correta. Há também a parte da Receita Federal, pois dependendo de como estes lançamentos foram feitos, a

empresa deixou de pagar o imposto de renda devido.

Será por certo o caso de maior grandeza já produzido pela corrupção em todo o mundo, não só pelo envolvimento da classe política, de governantes e empresários, mas pelo valor subtraído. Isto porque nunca ouvi falar, no mundo, em qualquer tempo, que algum caso de corrupção tenha ultrapassado o montante de 10 bilhões. Comparado com esta cifra, o caso "dos anões do orçamento" ou do "mensalão" são caso que deveriam ter sido tratados no "Juizado Especial".

Não fosse a atuação do Ministério Público, a competência da nossa Polícia Federal, e a grandeza do porte moral de um juiz como Sérgio Moro, este caso também não passaria de mais um caso de corrupção. Alguém já teve ter dito que "chegou a hora de passar o Brasil a limpo", vale a pena acreditar!

* O autor é advogado criminalista (jônataspirkiel@terra.com.br)

PAINEL

Livro

Acaba de ser lançado o livro "Reprodução Humana Assistida - a tutela dos direitos fundamentais das mulheres", da advogada Ana Paula Pellegrinello, pela Juruá Editora. A obra relaciona aspectos históricos, sociais e jurídicos da condição feminina no país a questões sobre a autonomia existencial da mulher na constituição da família e na concretização do projeto parental por meio das técnicas de reprodução assistida.

Precatório

Não incidem juros por atraso no período entre cálculo de dívida da União e a expedição do precatório, sendo devida apenas a correção monetária simples. O entendimento é do TST.

Militar

Civil que publica fotos na internet vestindo farda do Exército pratica crime militar, previsto no artigo 172 do código Penal Militar. O entendimento é do Supremo Tribunal Militar.

Borracha

A Polícia Militar de São Paulo pode voltar a usar balas de borracha em manifestações. A decisão é da 3ª Câmara de Direito Público do TJ de São Paulo.

Inocência

A 2ª Turma do STJ manteve decisão que obrigou a seccional paulista da OAB a aceitar a inscrição definitiva de um bacharel em Direito acusado de homicídio qualificado, em nome do princípio da presunção de inocência.

Sucumbência I

Os honorários de sucumbência devem ser pagos à parte vencedora, e não a seu advogado. Isso porque o CPC os define como um ressarcimento a quem venceu o processo. O entendimento é da juíza federal substituta na 2ª Vara Federal de Novo Hamburgo (RS).

Sucumbência II

A sentença da Justiça Federal que destinou os honorários de sucumbência à parte e não ao seu advogado já preocupa a advocacia. Dirigentes da OAB foram falar com a juíza e informar que discordam veementemente do posicionamento da magistrada.

Transporte

Empresas entram na Justiça para receber

As Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana que operam o sistema de transporte coletivo da Rede Integrada, entram na Justiça, ontem, pedindo o pagamento de repasses atrasados pela Urbs. Segundo comunicado do sindicato das empresas, atualmente a dívida está em R\$ 9,6 milhões (42% do total para o mês de novembro), o que corresponde a seis dias de operação, considerando sábados e domingos.

Segundo nota do Sindicato Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp), "a ação foi tomada devido ao temor de que haja paralisação do sistema de transporte — e consequente prejuízo para a comunidade — pela falta de recursos para operá-lo. Uma das preocupações dos empresários é o adiantamento e a primeira parcela do 13º salário, que devem ser pagos amanhã e até o dia 30 de novembro, respectivamente.

Já o Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Curitiba e Região (Sindimoc), que em princípio poderia parar caso não recebessem os vales e a parcela do 13º, informou que espera um comunicado oficial sobre a situação para se manifestar. Sobre uma possível parada, o sindicato diz que defende os interesses da categoria, mas não quer precipitar uma opinião sem ter algo de concreto. Ao longo deste ano, motoristas e cobradores realizaram paralisações pontuais em empresas que atrasaram o pagamento.

19 NOV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Dia da Consciência Negra será respeitado



A Câmara Municipal de Curitiba decretou ponto facultativo na quinta-feira (20), quando seria celebrado na cidade o "Dia da Consciência Negra". No ano passado, os vereadores aprovaram a lei 14.224/2013, que transformava a data em feriado municipal, numa homenagem a Zumbi dos Palmares, que faleceu em 20 de novembro de 1695, após liderar um dos quilombos mais importantes da história do Brasil. Contudo, o Tribunal de Justiça (TJ-PR), liminarmente, suspendeu o feriado.

O TJ-PR acatou solicitação da Associação Comercial do Paraná e do Sindicato da Indústria da Construção Civil, para quem a medida seria inconstitucional. Em novembro de 2013, a Câmara entrou com uma reclamação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), questionando a competência do Tribunal de Justiça para decidir sobre a suspensão da lei. O Legislativo municipal pediu a derrubada da decisão do TJ-PR, requerendo o vigor da norma, mas o pedido de suspensão da liminar foi negado pelo ministro Gilmar Mendes. O processo continua em tramitação no Supremo. ■

19 NOV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Sessão secreta

A Assembleia Legislativa faz hoje duas sessões secretas para votar pedido de autorização do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para processar o governador Beto Richa (PSDB). A alegação é que o processo corre em segredo de justiça. O pedido decorre de denúncia feita pelo Ministério Público Federal em 2009 sobre suposto desvio de finalidade na aplicação de R\$ 100 mil do Fundo Nacional de Saúde.

Consenso para homenagem

O deputado estadual Plauto Miró Guimarães (DEM), propôs a concessão pela Assembleia Legislativa do Paraná do título de Cidadania Benemérita do Paraná ao juiz federal Sergio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava-Jato. Acontece que o DEM já “estourou” a cota de homenagens desse tipo em 2014. Ciente disso, o líder do PT, deputado Tadeu Veneri, ofereceu a cota de seu partido para a homenagem.

19 NOV 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

PF pede à Justiça prorrogação da prisão



Divulgação

Renato Duque teria direito a liberdade nesta quarta



A Polícia Federal (PF) enviou à Justiça Federal do Paraná, nesta terça-feira (18), pedido de prorrogação da prisão temporária (cinco dias, renováveis por mais cinco) de seis pessoas detidas na nova etapa da Operação Lava Jato, entre as quais o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. Os delegados federais querem que os presos permaneçam na cadeia até o próximo domingo (23).

Além de Duque, os policiais federais também solicitaram a prorrogação da prisão temporária de Ricardo Ribeiro Pessoa, presidente da empreiteira UTC; José Aldemário Pinheiros Filho, presidente da Construtora OAS; Matheus Coutinho de Sá Oliveira, vice-presidente do conselho de administração da OAS; Walmir Pinheiro Santana, dirigente da UTC Participações; e Alexandre Portela Barbosa, funcionário OAS. ●

Juiz ordena quebra do sigilo bancário de 16

O juiz federal Sérgio Moro (foto), responsável pelo processo da Lava Jato na primeira instância, determinou nesta terça-feira (18) ao Banco Central a quebra do sigilo bancário de 16 dos 23 presos da nova etapa da operação policial. Entre os suspeitos que terão as contas bancárias devassadas estão o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque e executi-



vos de algumas das principais empreiteiras do país.

O magistrado também ordenou que a autoridade motetária envie à Justiça Federal do Paraná os dados bancários do lobista Fernando Soares, conhecido como "Fernando Baiano", apontado como operador do PMDB no esquema de corrupção que atuava na Petrobras. ●

19 NOV 2014

TRIBUNAL DO PARANÁ

COBRANÇA

JUDICIAL

Empresas de ônibus anunciam ação na Justiça e falam em risco de paralisação do sistema

Da Redação
geralredacao@tribunadoparana.com.br

As empresas de ônibus de Curitiba e região metropolitana anunciaram ontem que estão recorrendo à Justiça para cobrar os atrasos nos pagamentos por parte da prefeitura da capital, através da Urbs. As empresas dizem que se os repasses não forem retomados nos próximos dias, pode haver paralisação do sistema de transporte, por falta de recurso para a operação.

Segundo o Sindicato das Empresas de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp), a dívida está atualmente em R\$ 9,6 milhões, o que corresponde a seis dias de operação do sistema. "Uma das preocupações dos empresários é o adiantamento e a primeira parcela do 13.º salário, que devem ser pagos nesta quinta-feira (20) e dia 30 de novembro, respectivamente. Por diversas

vezes, sem sucesso, foram requisitados encontros com o prefeito para discutir a questão", diz nota divulgada pelo Setransp.

A prefeitura de Curitiba admite que vem atrasando os repasses, mas diz que vem pagando à medida que pode, já que o governo do estado atrasa o repasse dos subsídios. Também alega que o valor que não é repassado fica abaixo do lucro previsto para as empresas. O sindicato nega essa informação e diz que as empresas estão operando no prejuízo.

Em nota divulgada no final da tarde de ontem, a Urbs rebate as alegações do Setransp. "A Urbs estranha que o pedido responsabilize apenas a Urbs, quando o serviço envolve operações metropolitanas, objeto de convênio com a Comec, a qual tem a responsabilidade de repassar mensalmente recursos para subsidiar tal operação e que, sistematicamente, tem atrasado tais repasses", afirma.

Segundo a Urbs, desde janeiro as empresas já receberam (adiantados) cerca de R\$ 16 milhões para pagamento do 13.º dos seus trabalhadores. A empresa que administra o sistema também afirma que as empresas também já receberam este ano cerca de R\$ 30 milhões para pagar os impostos exclusivos, entre os quais está o imposto de renda.

19 NOV 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

IMPUNIDADE EXPLOSIVA

Prisão de
quadrilha
não contém
ataques a caixas
eletrônicos.
Parte já está solta

Leilane Benetta

leilaneb@tribunadoparana.com.br

A prisão da quadrilha suspeita de explodir caixas eletrônicas em Curitiba e região, no começo do mês, não conteve ataques às agências bancárias. Para o delegado titular do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope), Luiz Alberto Cartaxo Moura, a continuidade das explosões está relacionada à sensação de impunidade.

Dos sete policiais que estavam entre os 18 detidos pelo esquema em 7 de novembro, seis foram liberados na terça-feira da semana passada. O Ministério Público e o Poder Judiciário não aceitaram o pedido de conversão da prisão temporária em preventiva, e entenderam que apenas o afastamento da função pública era suficiente.

Segundo Cartaxo, como foram identificados dois outros suspeitos de integrar a quadrilha, será solicitada a detenção deles e também será feito novo pedido de prisão de todos os envolvidos. Quatro suspeitos ainda estão foragidos. "Queremos que os policiais militares retornem, para que sejam julgados presos", afirmou. O delegado acredita que eles representam risco à ordem pública, pois podem cometer novamente crimes dessa natureza e coagir testemunhas.

Questionado se os três últimos ataques a caixas eletrônicos - em Balsa Nova, Araucária e no Umuará - que aconteceram após a libertação dos policiais, seriam mais uma ação da quadrilha, Cartaxo disse acreditar que não houve tempo hábil para que eles se reorganizassem.

300

Por volta das 4h20 de ontem, para invadir o supermercado Condor, na Rua Nicola Pellanda, Pinheirinho, bandidos retiraram um dos vidros da fachada, perto dos caixas eletrônicos e explodiram o terminal da Caixa Econômica Federal. De acordo com testemunhas, parte da quadrilha chegou em uma caminhonete Ranger preta, enquanto o restante dava cobertura em um Fox. A polícia acredita que a quadrilha é formada por pelo menos cinco indivíduos.

Segundo Cartaxo, mas, desde o começo do ano, foram mais de 300 ataques a caixas eletrônicos em todo o Estado. Desde abril, 37 pessoas foram presas pelo crime. Ele ressaltou a necessidade dos bancos reforçarem os dispositivos de segurança de proteção dos caixas. "Caixas eletrônicos hoje são uma necessidade, não tem como retroceder. É preciso que eles sejam protegidos".

ARMAS

Na tarde de ontem, foram apresentadas armas de grosso calibre, explosivos, máquina para cortar e isolador (utilizado para abafar o som da explosão) apreendidos na casa de Celso da Silva Santos. Ele foi detido também dia 7, quando, segundo a polícia, voltava de Ponta Grossa, onde teria assaltado uma loja do Magazine Luiza.

19 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cuidadora dispensada por usar violência com idoso não tem direito a férias proporcionais

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho absolveu Danubia Ghiggi da Silva & Cia Ltda. – ME de pagar férias proporcionais mais um terço constitucional a uma cuidadora demitida por justa causa por agir com “excesso de violência” ao tratar de idoso hospedado no estabelecimento. A decisão reformou acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS), que havia julgado procedente o pedido.

De acordo com o Regional, o trabalhador tem direito ao pagamento proporcional ao período não usufruído qualquer que seja a forma de extinção do contrato de trabalho, porque a finalidade das férias é a recomposição física e biológica do empregado. Com base no inciso XVII do artigo 7º da Constituição da República e no artigo 11 da Convenção 132 da Organização Internacional do Trabalho (ratificada pelo Brasil por meio do Decreto 3.197/99),

o TRT esclareceu que essa norma é mais favorável ao empregado despedido por justa causa do que aquela prevista no parágrafo único do artigo 146 da CLT.

A empregadora recorreu contra a decisão regional. Ao examinar o processo, o desembargador convocado João Pedro Silvestrin, relator, destacou que o TST já pacificou o entendimento, com a Súmula 171, de que a dispensa por justa causa não possibilita o pagamento de férias proporcionais. Com isso, absolveu a empregadora da condenação.

Contratada em 1/8/12 como cuidadora de idosos no estabelecimento da microempresa, a trabalhadora foi dispensada em 25/9/12. Os maus tratos, registrados em vídeo e fotos, deram origem a inquérito policial. Na noite anterior à dispensa, o idoso foi contido pela autora e por outra colega, com excesso de força física, e chegou a ser atado ao leito.

A cuidadora foi indiciada por prática do crime previsto no artigo 99 do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), com base em depoimentos da sócia da empresa e mais quatro testemunhas e no exame de corpo de delito. O inquérito policial concluiu que houve excesso no tratamento dispensado para a contenção da vítima e humilhação psicológica, por deixá-lo com fralda, roupa, lençóis e cobertores encharcados de urina e sujos de sangue por toda a noite. Também não houve justificativa plausível para lesões na mão direita.

A trabalhadora ajuizou reclamação para reverter a justa causa, mas não compareceu à audiência. Por isso, foi aplicada a pena de confissão ficta, com a consequente presunção de veracidade dos fatos alegados na contestação. Seu pedido, então, foi julgado improcedente na primeira instância, que entendeu correta a aplicação da justa causa.

19 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Número de refugiados aumenta quase 70% em quatro anos

Nos últimos quatro anos, o número de refugiados no Brasil passou de 4.357, em 2010, para 7.289 até outubro deste ano, um aumento de quase 70%, segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), divulgados ontem (18). No mesmo período, o percentual de pedidos de refúgio aceitos pelo governo brasileiro saltou 1.240%, passando de 150 pedidos deferidos, em 2010, para 2.032 até outubro de 2014.

“O Brasil passa a ser um destino de proteção dos refugiados e as causas que explicam a elevação das solicitações se devem a melhoria da visibilidade internacional do nosso país. Os povos estão enxergando condições de proteção dos refugiados no Brasil, um povo que os acolhe bem. Um refugiado está em busca de proteção de vida e não busca um país onde não terá garantia”, disse o secretário Nacional de Justiça e presidente do Conare,

Paulo Abrão.

Apenas nos últimos dois anos, a população de refugiados no Brasil cresceu cerca de quatro vezes. De acordo com o Conare, de 2010 a 2012 o crescimento apresentava alta estável, em torno de 4 mil. Já em 2013 e 2014 o número saltou para 5.256 (2013) e 7.289 (outubro deste ano). As mulheres representam 25% desse total.

Os refugiados pertencem a 81 nacionalidades, sendo que os principais grupos são da Síria, Colômbia, de Angola e da República Democrática do Congo. Libaneses, liberianos, palestinos iraquianos e bolivianos também têm destaque nessa população. Segundo o Conare, o perfil dos refugiados no Brasil vem mudando desde 2012, quando o país adotou uma cláusula de cessação de refúgio aplicável aos angolanos e liberianos. Esses estrangeiros passaram a receber residência permanente no país.

O total de pedidos de refúgio aumentou mais de 930% entre 2010 e 2013. Até outubro deste ano, já foram contabilizados 8.302 solicitações, sendo 2.164 de senegaleses, 1.150 de nigerianos e 1.090 de ganeses. “Não vivemos no Brasil nenhuma crise de volume de entrada”, ressaltou Abrão. Segundo ele, nos países desenvolvidos o percentual de imigrantes varia entre 15 a 20% da população, na Argentina esse percentual é 5%, enquanto no Brasil não alcança 1% da população.

Para o secretário, o Brasil precisa atualizar sua legislação para facilitar o ingresso de estrangeiros e garantir os direitos dessas pessoas. Ele lembrou que durante a ditadura militar, o Brasil recorreu a outros países para acolher cidadãos brasileiros e agora é a vez do país fazer o mesmo. “O Brasil não está alheio aos conflitos que vêm ocorrendo em outros países”.

19 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça determina quebra de sigilo bancário de empreiteiros

Decisão, assinada pelo juiz Sérgio Moro,
responsável pelas investigações, alcança 15 presos

A Justiça Federal no Paraná determinou ontem, ao Banco Central (BC), a quebra de sigilo bancário dos executivos de empreiteiras presos na última sexta-feira (14), na sétima fase da Operação Lava Jato da Polícia Federal (PF). A decisão, assinada pelo juiz Sérgio Moro, responsável pelas investigações, alcança 15 presos. Entre eles, o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque e o lobista Fernando Soares, também conhecido como Fernando Baiano, que se entregou à PF ontem.

De acordo com o pedido enviado ao Banco Central, também terão as contas bancárias rastreadas João Ricardo Auler, presidente do Conselho de Administração da Camargo Correa; Ildefonso Colares Filho, diretor presidente da construtora Queiroz Galvão; Sérgio Cunha Mendes, diretor da Mendes Júnior; e Agenor Franklin Magalhães, diretor da OAS, entre outros dirigentes de empreiteiras.

ral, se entregou ontem na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. Fernando Antonio Falcão Soares, conhecido como Fernando Baiano, se apresentou esta tarde aos delegados que investigam o caso.

Fernando era considerado foragido pela Polícia Federal desde a última sexta-feira (14), quando as prisões foram determinadas pela Justiça Federal no Paraná. Durante as investigações, delatores do suposto esquema de corrupção na Petrobras afirmaram em depoimentos que Fernando Baiano cobrava propina em nome do PMDB. O partido nega as acusações e afirma que não tem ligações com o investigado.

Até o momento, dos 25 mandados de prisão emitidos pela Justiça Federal, somente um ainda não foi cumprido. Adarico Negromonte Filho continua foragido.

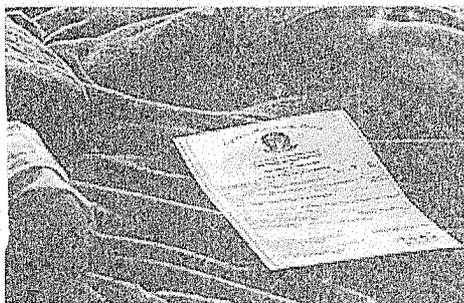
FORAGIDO SE ENTREGA

Mais um investigado na Operação Lava Jato, da Polícia Fede-

18 NOV 2014

CNJ

Tribunal lança campanha de registro civil para crianças paranaenses

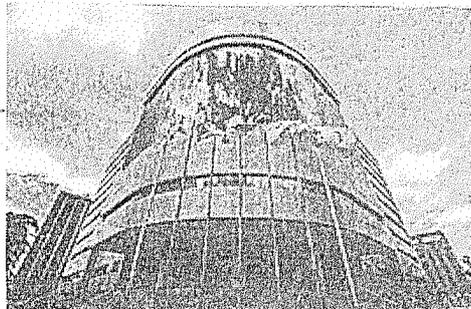


O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) realizou nesta segunda-feira (17/11) o lançamento estadual da campanha "Criança Cidadã - Toda Criança tem Direito ao Registro Civil de Nascimento", em parceria com a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg) e o Instituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná (Ircpen). O objetivo é promover o registro civil de todas as crianças do Paraná. O ato foi realizado no prédio anexo do Palácio da Justiça.

18 NOV 2014

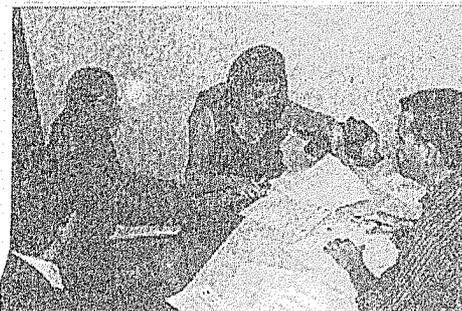
CNJ

Judiciário quer democratizar políticas de gestão, diz conselheiro do CNJ



O Seminário Atualidade e Futuro da Administração da Justiça, realizado na quinta-feira (13/11), pela Escola da Magistratura (Emagis) do TRF4 e pelo Centro de Educação Corporativa de Servidores da Justiça Federal de 1º e 2º Grau da 4ª Região (Ceducorp), contou com a participação do conselheiro do Conselho Nacional da Justiça (CNJ) e juiz do trabalho Rubens Curado. Ele falou sobre gestão participativa no Poder Judiciário e seu papel na melhoria da prestação jurisdicional.

Tribunal da Bahia ainda agenda audiências de conciliação



O Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT/BA) continua a receber as inscrições para tentativas de acordo dentro da Semana Nacional da Conciliação, mutirão que ocorrerá em todo o Poder Judiciário no período de 24 a 28 de novembro. Partes e advogados interessados em conciliar na Justiça do Trabalho da Bahia podem e devem continuar enviando pedidos de audiência através do e-mail conciliar@trt5.jus.br, informando os nomes das partes (reclamante e reclamado) e número do processo, para a realização de audiências, mesmo depois da semana de mobilização.

Judiciário do Pará leva serviços e cidadania a ribeirinhos



O Projeto Ribeirinho Cidadão, que leva serviços do Judiciário a regiões de difícil acesso no Pará, estará na Ilha de Cotijuba entre os dias 18 e 23 de novembro. Nesse período, estão previstas cerca de 400 audiências, além de serviços de cidadania e palestras sobre temas como direitos da criança e combate à violência contra a mulher. Será a terceira etapa do projeto na região insular de Belém, formada por 39 ilhas. A primeira etapa ocorreu entre os dias 4 e 9, na ilha do Combu. Depois de Cotijuba, o Ribeirinho Cidadão seguirá para a ilha de Outeiro, terceira e última etapa do projeto neste ano.